



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº. 1.663

DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA REPASSE DE RECURSOS PROVINDOS DO GOVERNO FEDERAL, CONFORME PORTARIA 3276/2013 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANA PAULA POLOTTO RIBAS DE ANDRADE, prefeita do Município de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio e demais instrumentos, para repasse de recursos provindos do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, tendo por objetivo a ação compartilhada, visando à transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º No processo de parceria para prestação de serviços de saúde, o Município assumirá, integralmente, na vigência do instrumento a ser formalizado, a gestão dos serviços, para executar, com a cooperação técnica, administrativa e financeira da União, de forma direta ou mediante colaboração com entidades e organizações de saúde situadas no Município.

Art. 3º Visando à execução das ações de que trata a presente Lei, fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a firmar Convênio com a **ASSOCIAÇÃO SÍTIO AGAR**, entidade civil, inscrita no CNPJ sob o nº 05.119.104/0001-33, situada na Rua Corumbataí, nº 50, Distrito do Polvilho, cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, para o repasse de recurso no valor total de **R\$180.000,00** (cento e oitenta mil reais), a ser repassado à entidade conforme liberação do Ministério da Saúde a partir do recebimento da verba no Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º Para receber os valores constantes na presente Lei, a entidade deverá estar devidamente regularizada e legalizada perante os órgãos Federal, Estadual e o Município de Cajamar.

Art. 5º Fica fazendo parte integrante desta Lei, a minuta do “Termo de Convênio” que segue, a ser firmado entre a Municipalidade e a entidade conveniada.

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, com a seguinte classificação orçamentária:



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.663/2016 - fls. 2

Unidade Executora: 02.13.02 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.3050044.2106 – Centro de Testagem e Aconselhamento

Categoria Econômica: 3.3.50.39– Outros serviços terceiros – Pessoa Jurídica

Destinação de Recurso: 05- Transferência e Convênios Federais vinculados

Valor: R\$ 180.000,00

Art. 7º Para cobertura do crédito adicional especial autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Convênio Federal firmado com o Ministério da Saúde.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Cajamar, 18 de outubro de 2016.

ANA PAULA POLOTTO RIBAS DE ANDRADE
Prefeita Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica do Município de Cajamar, mediante afixação no local de costume, aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

MILTON PAULO DE FIGUEIREDO
Departamento Técnico Legislativo



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.663/2016 - fls. 3

MINUTA DE CONVÊNIO Nº ____/2016

Termo de Convênio que entre si celebram a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR e a ASSOCIAÇÃO SÍTIO AGAR, conforme Portaria GM/MS Nº 3276/2013 do MINISTÉRIO DA SAÚDE.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR**, com sede à Praça José Rodrigues do Nascimento, nº 30, Bairro Agua Fria, Distrito Sede, Cajamar, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.523.023/0001-81, neste ato representada por sua Prefeita, Sr.^a **ANA PAULA POLOTTO RIBAS DE ANDRADE**, brasileira, casada, professora, com endereço profissional na Praça José Rodrigues do Nascimento nº. 30, Bairro Agua Fria, Distrito Sede, em Cajamar/SP, doravante designada simplesmente **PREFEITURA**, e a **ASSOCIAÇÃO SÍTIO AGAR**, entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.119.104/0001-33, com sede na Rua Corumbataí, nº 50, Parque Paraíso, Distrito do Polvilho, em Cajamar/SP, neste ato representada por seu presidente Sr. **ANTONIUS GERARDUS MARIA VAN NOIJE**, holandês, solteiro, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº. RNE V068587-P e do Cadastro de Pessoa Física nº 176.597.318-07, residente à Rua Corumbataí, nº. 50, Parque Paraíso, Distrito do Polvilho, em Cajamar/SP, doravante designada simplesmente **ENTIDADE**, celebram o presente convênio, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal 8.883, de 08 de junho de 1994 e Lei Municipal nº _____ de ____ de _____ de 2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com o objetivo de desenvolver os programas de saúde DST/AIDS, com apoio do Governo Federal por intermédio do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio o desenvolvimento, pelos partícipes, de atividades da casa de Apoio Para Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, nos termos do disposto na Portaria GM/MS Nº 3276/2013 do MINISTÉRIO DA SAÚDE, cujas ações são voltadas ao atendimento das demandas nos moldes do projeto **“Olhar Positivo”** e em consonância com o Plano Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

São obrigações da **PREFEITURA**:

- I - transferir os recursos financeiros consignados na Cláusula Quarta do presente Convênio;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.663/2016 - fls. 4

- II - dar conhecimento à **ENTIDADE** das normas programáticas e administrativas dos programas de Saúde, objeto do **TERMO DE RESPONSABILIDADE**, celebrado entre a **PREFEITURA** e a União, por intermédio do Ministério da Saúde.
- III - supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela **ENTIDADE** em decorrência deste Convênio;
- IV - examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à **ENTIDADE**, através da Diretoria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde;
- V - assinalar prazo para que a **ENTIDADE** adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Convênio, sempre que verificada alguma irregularidade, independentemente da retenção das parcelas dos recursos financeiros até o saneamento das impropriedades ocorrentes;
- VI - comunicar ao Conselho Municipal de Saúde as irregularidades verificadas e não sanadas pela **ENTIDADE**, quanto à qualidade dos serviços prestados e quanto à aplicação dos recursos financeiros transferidos;
- VII - exigir da **ENTIDADE** o cumprimento da obrigação, a que se refere o inciso XI da cláusula terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

São obrigações da **ENTIDADE**:

- I - executar os serviços de saúde a que se refere à Cláusula Primeira, a quem deles necessitar;
- II - zelar pela manutenção dos padrões da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela **PREFEITURA** e aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde;
- III - proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços de saúde, sem discriminação de qualquer natureza;
- IV - manter recursos humanos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos deste Convênio;
- V - aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pela **PREFEITURA** na prestação dos serviços objetos deste Convênio, conforme estabelecido na Cláusula Primeira;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.663/2016 - fls. 5

- VI - apresentar, trimestralmente, à **PREFEITURA**, o relatório das atividades desenvolvidas da aplicação dos recursos financeiros recebidos, bem como declaração quantitativa de atendimento mensal, assinada pelo representante da **ENTIDADE**, acompanhada da relação nominal dos atendidos;
- VII - prestar contas, semestralmente, à **PREFEITURA**, por intermédio da Diretoria de Saúde, dos recursos recebidos na forma da legislação vigente, sob pena de, não o fazendo, serem consideradas inidôneas para a percepção de novos recursos;
- VIII - prestar contas à **PREFEITURA**, por intermédio da Diretoria de Saúde, nos moldes das instruções especificadas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior, e se for o caso, até 30 (trinta) dias do término da vigência deste instrumento, sob pena de ficar impedida de receber quaisquer outros recursos financeiros por parte da **PREFEITURA**;
- IX - manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes responsáveis pelo controle interno e externo e do Conselho Municipal de Saúde, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;
- X - assegurar a **PREFEITURA** e ao Conselho Municipal de Saúde as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste Convênio;
- XI - autorizar a fixação em suas dependências, em local de fácil visualização das informações e orientações sobre os serviços prestados e da participação do Governo Federal, Estadual e Municipal nos programas cujos recursos tenham origem nas disposições deste Convênio;
- XII - assumir o compromisso perante a **PREFEITURA**, quanto à atenção, em especial, no atendimento aos munícipes cajamarenses.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor total estimado do presente Convênio é de **R\$ 180.000,00** (cento e oitenta mil reais) a ser repassado à entidade conforme liberação do Ministério da Saúde a partir do recebimento da verba no Fundo Municipal de Saúde, dividido em 3 (três) parcelas, sendo: a primeira inicial de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e outras 2 (duas) parcelas trimestrais de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.663/2016 - fls. 6

Parágrafo único: As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da Dotação orçamentária nº _____, categoria econômica nº. _____, ficha nº. _____, alocadas no Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A **PREFEITURA** efetuará repasses de recursos financeiros à **ENTIDADE**, na conformidade da Lei Municipal nº _____, de ____ de _____ de 2016, observado o §3º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994.

Parágrafo único: Os recursos serão transferidos mediante aprovação da aplicação dos recursos financeiros anteriormente recebidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio iniciar-se-á da data de assinatura do presente Termo até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela do recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo dos órgãos municipais, responsáveis pela execução da política de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA

Este Termo de Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO E PENALIDADE

A **ENTIDADE** compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pela **PREFEITURA**, atualizados pelo IPCA/IBGE, a partir da data de seu recebimento, em virtude da inexecução do objeto deste Termo de Convênio, ficando a mesma impedida de receber novos recursos.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº. 1.663/2016 - fls. 7

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro Distrital de Cajamar, Comarca de Jundiaí, para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Termo de Convênio.

E por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Cajamar/SP, ____ de _____ de 2016.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR
ANA PAULA POLOTTO RIBAS DE ANDRADE
PREFEITA**

**ASSOCIAÇÃO SÍTIO AGAR
ANTONIUS GERARDUS MARIA VAN NOIJE
PRESIDENTE**

TESTEMUNHAS:

1 _____
RG. nº
CPF/MF nº

2 _____
RG. nº
CPF/MF nº